



SEÇÃO: PESQUISA SOCIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZACIONAIS

Do medo à ação: respostas governamentais à violência escolar no Brasil

*From fear to action: government responses to school violence in Brazil***Rossana Gueller****Ruschel¹**orcid.org/0009-0008-5637-7508rossana.ruschel@edu.pucrs.br**Andreia Mendes dos****Santos¹**orcid.org/0000-0001-7013-0239andreia.mendes@pucrs.br**Recebido em:** 27 maio. 2024.**Aprovado em:** 03 jun. 2024.**Publicado em:** 28 nov. 2024.

Resumo: A violência nas escolas não é exatamente um fenômeno novo, mas suas manifestações e o medo desse tipo de episódio têm se inserido cada vez mais no cotidiano escolar brasileiro. Assim, ela deve ser compreendida como uma questão social urgente e intersetorial, demandando iniciativas governamentais para sua mitigação. Este artigo busca mapear e compreender essas ações por meio da análise de 1.307 notícias veiculadas nos portais do Palácio do Planalto, do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), entre junho de 2013 e abril de 2024, identificadas a partir dos descritores "violência na escola" e "segurança na escola". Verificou-se um crescimento das publicações sobre ações (preventivas e repressivas) em abril de 2023, associadas ao ataque à creche em Blumenau/SC, seguido de queda e estabilização. Concluiu-se que o mapeamento do fenômeno e as políticas para combatê-lo requerem atenção estatal e constância para proteger todos, especialmente as crianças e os adolescentes.

Palavras-chave: Violência nas Escolas. Políticas Públicas. Proteção Social.

Abstract: Violence in schools is not exactly a new phenomenon, but its expressions and the fear of this type of episode have increasingly become part of everyday Brazilian school life. Therefore, it must be understood as an urgent and intersectoral social issue, requiring government initiatives to mitigate it. This article seeks to map and understand these actions through the analysis of 1,307 news items published on the portals of Palácio do Planalto, the Ministry of Education (MEC) and the Ministry of Justice and Public Security (MJSP), between June 2013 and April 2024, identified based on the descriptors "violence at school" and "safety at school". There was an increase in publications on actions (preventive and repressive) in April 2023, associated with the attack on the daycare center in Blumenau/SC, followed by a drop and stabilization. It was concluded that mapping the phenomenon and policies to combat it require state attention and constancy to protect everyone, especially children and adolescents.

Keywords: Violence in schools. Public Policy. Social Protection.

1 Palavras iniciais

Quando analisada sob a perspectiva do cotidiano, a violência nas escolas é um fenômeno que inclui as ideias de brutalidade e de utilização da força como intimidação, mas vai além, incorporando em seu bojo a chamada "microviolência", que acontece no dia a dia da sala de aula (Abramovay 2021, 7). As manifestações de conflitos envolvendo o ambiente escolar podem ocorrer em diversas configurações -- entre colegas de sala de aula, professores e estudantes, pais, gestores ou



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

qualquer outro ator cuja vivência ocorre dentro ou no entorno dos muros institucionais (Henrique 2023). Ao fim e ao cabo, a escola configura parte da sociedade, onde choques de interesses e relações de poder se fazem presentes e produzem consequências.

Brigas, discussões, desavenças, agressões. Os conflitos podem envolver desde a indisciplina até o uso da força e de artefatos perigosos para atacar possíveis rivais. Para Abramovay (2002, 73-74), o conceito de violência escolar não é absoluto, mas pode ser resumido da seguinte forma: 1 – intervenção física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) ou de grupo(s) e contra si mesmo; 2 – violência simbólica, verbal e institucional. Não pode deixar de ser frisada, é claro, uma das mais conhecidas, o *bullying*, que acontece quando “atos de violência (física ou não) ocorrem de forma intencional e repetitiva contra um ou mais alunos que se encontram impossibilitados de fazer frente às agressões sofridas” (Silva 2011, 7).

Em tese defendida na Universidade de São Paulo, o antropólogo Alexandre Pereira pesquisou experiências juvenis na escola, apontando indisciplinas, violências e dissonâncias no dia a dia escolar. “Pode-se afirmar que, além das bombas, as brincadeiras, as gozações, os enfrentamentos com os professores e a inserção de itens que seriam estranhos à escola [...] constituiriam elementos de subversão da função da instituição escolar de impor a disciplina” (Pereira 2010, 116).

Múltiplos tipos de violências afetam o cotidiano das escolas – no caso das microviolências, como xingamentos, incivildades e desrespeitos, é preciso cautela para que não sejam consideradas “normais” e sem impacto na vida dos estudantes (Abramovay 2021, 9). “As práticas cotidianas estão na dependência de um grande conjunto, difícil de delimitar” (Certeau 1990, 109). Nessa esteira, além dos episódios de microviolência vivenciados pelas instituições no dia a dia, são cada vez mais comuns no Brasil ataques armados ou massacres (em inglês “*mass shooting*”) praticados por alunos

ou ex-alunos, crimes que vêm demonstrando crescimento nos últimos anos (Rodrigues 2023). O medo desse tipo de episódio tem se inserido cada vez mais no cotidiano escolar, ao passo que pais, professores e autoridades têm adotado posturas de enfrentamento.

Tal aumento tem sido divulgado pela mídia e abordado em estudos feitos por universidades e outras instituições públicas e privadas. A associação civil sem fins lucrativos Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e) emitiu, em novembro de 2023, um relatório² com análises e recomendações. Conforme o estudo, o primeiro ataque registrado em uma escola no Brasil ocorreu em agosto de 2001, na Bahia. Desse caso até o ano de 2021, foram contabilizados outros 16, distribuídos nessas duas décadas (Vinha et al. 2023). A partir de 2022, houve uma explosão nos registros, e em apenas dois anos somaram-se 21 massacres, ou seja, 58,33% dos casos aconteceram entre fevereiro de 2022 e outubro de 2023. Ao todo, foram 40 vítimas fatais: 29 estudantes, 6 profissionais das escolas e 5 atiradores (Vinha et al. 2023).

A forma de divulgação dos ataques pela imprensa é outro ponto que tem gerado reflexão, tendo em vista que pesquisas demonstram proximidade cronológica entre os crimes, o que poderia ser motivado pelo amplo alcance midiático e seus impactos. A título de exemplo, pode ser citada a sequência de casos ocorridos em abril de 2023: quatro escolas em estados diferentes foram atacadas nos dias 05, 10, 11 e 12. “Avaliar os casos pela proximidade ilustra o que especialistas têm chamado de “efeito contágio” (Langeani 2023, 7).

Mais adiante, veremos como o ataque ocorrido em 5 de abril de 2023, quando quatro crianças foram mortas após a invasão de uma creche em Blumenau, Santa Catarina (Aurélio Júnior, Eskelen e Mengue 2023), mobilizou o poder público brasileiro.

O perfil das escolas invadidas muda de caso para caso; no entanto, “as características dos agressores são recorrentes: eles têm de 10 a 25 anos, estando metade na faixa entre 13 e 15 anos. Todos são homens e, com exceção do autor

² Estudo feito em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e com apoio da Fundação José Luiz Egydio Setúbal e da B3 Social.

do ataque em Realengo, em 2011, são brancos" (Sander 2023). Sobre as estruturas de dominação masculina, Bourdieu (1999, 64) afirmou que tentaria "comprovar que elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física)".

Como mostra o relatório *O extremismo de direita entre adolescentes*, os números crescentes de ataques às escolas estão relacionados às políticas que facilitam o acesso a armas de fogo e ao recrutamento de crianças e adolescentes para sites e fóruns que abordam ideais supremacistas (Pellanda et al. 2022). Assim, a partir de uma combinação entre tecnologia e incitação ao discurso de ódio, esquematizou-se um aumento da violência.

O ano de 2023 foi marcado por inúmeros ataques em escolas de todo o Brasil, vitimando muitas pessoas e abalando a estrutura de famílias e comunidades escolares. As evidências científicas sinalizam que esses episódios de violência extrema envolvem situações e contextos extremamente complexos, infelizmente sem uma resolução efetiva e simples no curto prazo, havendo indícios de que continuarão acontecendo. Frente a esse cenário, as escolas e os governos têm buscado elaborar políticas de enfrentamento e prevenção que contribuam para a segurança dos estudantes e dos profissionais da educação (Vinha et al. 2023, 1).

É evidente que a violência escolar deve ser compreendida como uma questão social urgente, demandando ações governamentais em busca de soluções eficientes. O 16º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) traz em seu bojo "Paz, Justiça e Instituições Eficazes", visando "reduzir significativamente todas as formas de violência" (ONU 2024). Nesse contexto, pretende-se analisar a conduta das autoridades brasileiras em relação a um fenômeno que representa preocupação global.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo principal examinar alguns portais de notícias do governo brasileiro para entender como a esfera pública se comporta (no âmbito de suas mídias

públicas) quando o assunto é a violência/segurança nas escolas brasileiras, compreendendo o que o governo diz e quando diz. Da mesma forma, procurou-se avaliar quais tipos de políticas públicas foram divulgadas nessas notícias – se as medidas estavam mais voltadas à lógica repressiva ou à lógica preventiva.

Assim, questiona-se: como e quando o governo brasileiro aborda os temas da violência escolar e da segurança escolar nas notícias divulgadas nos portais do Palácio do Planalto, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Educação? Como aparecem, nessas notícias, as políticas públicas de enfrentamento ou prevenção à violência em instituições de ensino brasileiras?

2 Metodologia

Considerando o crescimento da violência escolar no Brasil, este trabalho buscou analisar como o poder público agiu frente a essa realidade, seja na reação (i)mediata aos episódios ocorridos, seja na prevenção e no monitoramento para que novos casos não ocorram. Partiu-se de uma abordagem qualitativa, de modo que a hipótese foi construída a partir do que foi encontrado no campo, após a análise do conteúdo das notas do governo. Para tal, buscou-se, de antemão, entrar no campo das políticas públicas de enfrentamento a fenômenos como o da violência. "Mas o que é uma política pública? Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade" (Saravia 2006, 28).

Não será examinada, frise-se, a eficácia das medidas governamentais, de modo que o intuito é, na verdade, compreender o comportamento do poder público frente a um problema cuja gravidade se evidenciou de forma abrupta, chegando a níveis nunca vistos. "O processo de política pública mostra-se como forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto", pontua Saravia (2006, 24). Assim, para entender como as transformações do "mundo real" atingiram a esfera pública, além de como ela se posicionou, buscou-se analisar a veiculação de notícias sobre tais medidas em

portais do governo federal.

Foram analisadas notícias veiculadas nos portais³ do Palácio do Planalto, do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), no período entre junho de 2013 (notícia mais antiga veiculada) e abril de 2024 (notícia veiculada recentemente). Os referidos portais foram selecionados com base na premissa de que a questão da violência escolar é intersetorial, ou seja, envolve diferentes setores da máquina pública, entre eles o da educação e o da segurança. O portal do Planalto, por sua vez, entrou na análise devido à sua representatividade enquanto difusor das principais notícias do Poder Executivo.

Sobre o período examinado, faz-se relevante explicar: o fato de a coleta ter início em 2013 e fim em 2024 não significa que foram encontradas medidas de combate à violência escolar em todos os dias, meses ou anos examinados -- pelo contrário, mais adiante mostraremos que houve picos de publicações sobre o tema.

Salienta-se também que publicações referentes ao combate à violência contra crianças e adolescentes fora do contexto escolar (como abuso sexual, negligência, discriminação, exploração etc.) não foram contabilizadas. Também não foram consideradas as notícias repetidas -- por vezes, os portais publicam a mesma informação com fotos diferentes ou com poucas palavras modificadas no título ou na redação. Além disso, foram desconsideradas as notícias sobre um mesmo evento que já havia sido postado anteriormente, bem como homenagens, notas de repúdio a ataques e ações de segurança em sentido amplo, sem enfoque específico nas escolas.

A busca foi realizada com as palavras-chave "violência na escola" e "segurança na escola", de modo a filtrar as notícias que tratavam diretamente desses temas, relacionadas a políticas e ações orquestradas para combater esse problema social, como operações policiais, investimentos, leis sancionadas, debates, audiências, formações, cartilhas, movimentos, etc. Ao fazer a

procura, foram selecionadas apenas as notícias, e não a opção "todos", que inclui arquivos como fotos, pronunciamentos, comunicados e notas. A seção "O que você procura", presente em todos os portais, foi usada para a coleta.

3 Resultados

Logo no início da pesquisa, foi possível perceber que, antes de 2023, poucas notícias sobre "segurança na escola" e "violência na escola" foram publicadas. Ao final da coleta, constatou-se que, no ano de 2023, houve uma explosão de ações governamentais sobre a temática.

Foram avaliadas, ao todo, 1.307 notícias (173 no portal do Planalto, 423 no portal do MEC e 711 no portal do MJSP), considerando as duas palavras-chave. Desse quantitativo, foram selecionadas 156 publicações que possuíam, na visão das pesquisadoras, relação direta com a violência escolar. Entre elas, 142 (ou 91%) foram veiculadas nos portais após o dia 5 de abril de 2023. Ou seja, apenas 14 notícias sobre ações diretamente relacionadas à violência e segurança na escola foram publicadas antes dessa data nos portais e no período examinado.

No portal do Palácio do Planalto, foram analisadas publicações de 17 de março de 2020 a 25 de abril de 2024; no portal do MEC, a análise abrangeu o período de 6 de setembro de 2013 a 25 de abril de 2024; no portal do MJSP, foram consideradas publicações de 14 de junho de 2013 a 26 de abril de 2024. É importante destacar que as figuras abaixo apresentam dados a partir de 2019, quando efetivamente foram encontradas as primeiras notícias sobre políticas públicas direcionadas especificamente à redução da violência nas escolas do Brasil.

Ao final da seleção, foi possível perceber que as buscas referentes aos dois descritores escolhidos tiveram resultados semelhantes, como mostram as imagens a seguir, onde fica evidente a quantidade de publicações que atenderam ao critério de seleção estabelecido, encontradas em cada portal, a partir de ambos os descritores.

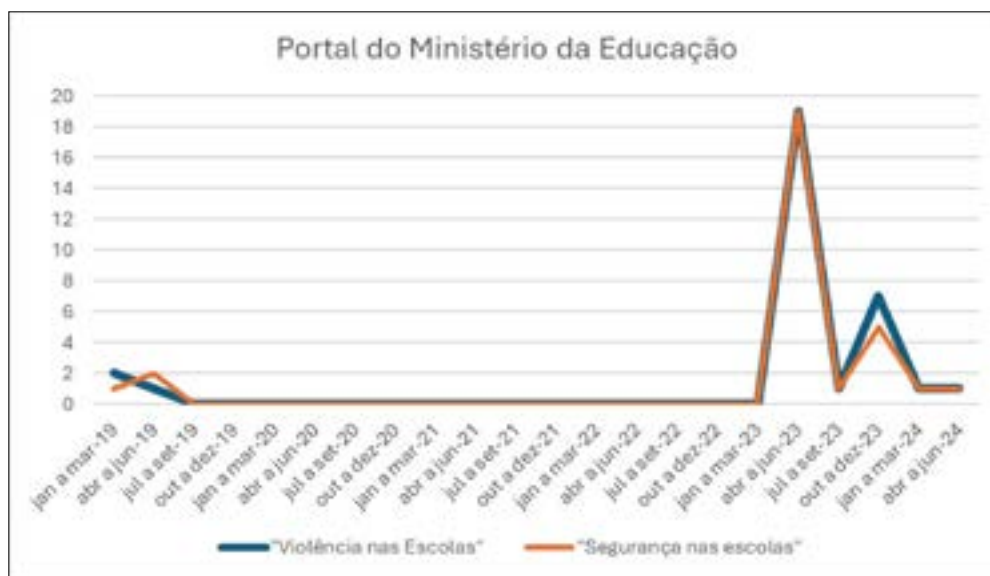
³ Os referidos portais podem ser acessados no site gov.br, na aba "Órgãos do governo".

Gráfico 1 – Notícias sobre políticas públicas envolvendo a redução da violência escolar encontradas no portal do Planalto



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Gráfico 2 – Notícias sobre políticas públicas envolvendo a redução da violência escolar encontradas no portal do Ministério da Educação



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Gráfico 3 – Notícias sobre políticas públicas envolvendo a redução da violência escolar encontradas no portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Acreditamos que todos os casos de massacres em escolas devem ser considerados relevantes e que o conjunto de episódios, como um todo, possivelmente contribuiu para uma mudança na postura das autoridades. Entretanto, conforme demonstra a análise de publicações, é plausível afirmar que o massacre de 5 de abril, em Santa Catarina, foi um propulsor importante de ações da esfera governamental, um divisor de águas no *modus operandi* do governo.

Vale lembrar que não apenas o poder público transformou sua forma de agir. Mudanças significativas na cobertura da imprensa quanto a esse tipo de crime também foram estabelecidas após o massacre de Blumenau. A Associação de Jornalistas de Educação (JEDUCA) recomendou, no mesmo dia do fato, que veículos não divulgassem "fotos, vídeos, nomes ou outras informações sobre pessoas que praticam ataques violentos em escolas" (Avancini 2023).

O mês de abril representou um salto; entretanto, apesar de raras, existiram políticas públicas em prol da segurança nas escolas veiculadas anteriormente a essa data. A título de exemplo, o portal do MJSP chegou a pincelar o assunto em duas notícias, de 2013 e 2014, as quais abordavam, indiretamente, a violência escolar em editais de prevenção à vio-

lência generalizada. Pelo enfoque no fenômeno da violência, com uma abordagem ampla (com linha de financiamento para ações de prevenção à violência contra mulheres, crianças e adolescentes), essas publicações não foram consideradas na coleta. Mais tarde, em 2019, o referido portal trouxe o tema da violência escolar três vezes, como pode ser visto nas figuras.

Já no portal do Planalto, nenhuma nota sobre o assunto foi publicada antes de 2023. O portal do MEC, por sua vez, trouxe quatro notícias relacionadas ao tema em 2019. Antes de 2022, o ano de 2019 foi o que registrou mais ataques em escolas desde o início dos registros disponíveis no relatório da D³e (Vinha et al. 2023). Foram quatro episódios; em um deles, um aluno assassinou o coordenador de sua escola em Valparaíso, Goiás (Mariz e Queiroga 2019).

Em 2022, ocorreram 10 invasões a escolas. Neste período, os filtros aplicados pela pesquisa resultaram em uma notícia publicada, no mês de março: "Ministério da Justiça e Segurança Pública auxilia Polícia Civil do Distrito Federal a prender jovem que planejava ataque a escola" (Brasil 2022). Em 2021, o portal do MJSP publicou três notícias sobre a violência escolar.

3.1 Principais ações governamentais – prevenção e combate

Levando-se em conta o alto número de notícias coletadas e de medidas governamentais encontradas, serão arroladas algumas, pelo critério da relevância ou da frequência com que apareceram nas buscas. Todas⁴ as iniciativas selecionadas são do ano de 2023 e visam à prevenção e ao combate da violência escolar, assim como à proteção de crianças e adolescentes.

Grupo interministerial: Em 5 de abril de 2023, foi criado um grupo de trabalho interministerial de proteção do ambiente escolar, coordenado pelo MEC e composto por outros ministérios, para dar suporte a estados e municípios e monitorar discursos de ódio nas redes sociais.

Disponibilização de recursos: Em 18 de abril de 2023, o governo anunciou o investimento de R\$ 3,1 bilhões para a prevenção da violência nas escolas, prometendo equipamentos de segurança, ações de formação e suporte à implantação de núcleos de apoio psicossocial em escolas. Em 12 de abril de 2023, foi lançado o edital para o “Programa Nacional de Segurança nas Escolas”, visando apoio às rondas escolares, com liberação de R\$ 150 milhões. No dia seguinte, foi lançado outro edital de R\$ 100 milhões para que estados e municípios fortalecessem as guardas municipais.

Operações: Criada em 6 de abril de 2023, a Operação Escola Segura objetivou, em parceria com os estados, realizar ações preventivas e repressivas contra os ataques nas escolas do país.

Cartilhas: Em 19 de abril de 2023, foi criada a cartilha “Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar”. Em 23 de maio de 2023, foi lançada a cartilha “Escola Segura: como lidar com conteúdos de violência *online* e conversar com crianças e jovens sobre o tema”.

Canais de denúncia: Em 7 de abril de 2023, um formulário *online* foi lançado em parceria entre o MJSP e a SaferNet Brasil. Em 13 de abril de 2023, foi divulgado um canal de WhatsApp.

Movimentos: Destacam-se o “Tamo Junto pela Paz nas Escolas”, criado em 20 de abril de 2023,

com o intuito de sensibilizar a sociedade para a promoção de um ambiente escolar de paz, e a “Caravana Juventude pela Paz”, lançada em 17 de maio de 2023, que pretende difundir uma cultura de paz, tolerância e direitos, bem como prevenir a violência em ambientes educacionais.

Formações: Entre outros, o “Seminário Internacional sobre Segurança e Proteção no Ambiente Escolar”, ocorrido em maio de 2023, debateu políticas públicas e destacou iniciativas bem-sucedidas no Brasil e no exterior, e o ciclo de debates “Diálogos Formativos”, iniciado em 25 de abril de 2023, busca implementar recomendações de proteção escolar.

Leis e acordos: Publicada em 3 de agosto de 2023, a Lei nº 14.643 obriga o Poder Executivo a implantar o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE). Em 14 de novembro de 2023, o MEC e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) firmaram um acordo para implementar Justiça Restaurativa nas escolas. Sancionada em 15 de janeiro de 2024, a Lei nº 14.811 criminaliza *bullying* e amplia punição para crimes contra crianças e adolescentes.

Relatórios: Em 31 de outubro de 2023, foi apresentado o relatório “Ataque às Escolas no Brasil: Análise do Fenômeno e Recomendações para a Ação Governamental”.

3.2 Mapeamento e monitoramento de dados

Entre as chamadas “Políticas Integradas de Proteção do Ambiente Escolar”, o governo federal propôs, em abril de 2023, a criação de Comitês Estaduais e Municipais de Proteção do Ambiente Escolar (Brasil 2023).

Cabe mencionar que uma iniciativa semelhante já existe no Rio Grande do Sul, onde as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE), implementadas a partir de 2015, fazem parte do ensino público, conforme mostra a notícia “Rio Grande do Sul reduz em 65% a violência nas escolas do estado”, publicada no portal do MEC em 2019. As

⁴ As políticas públicas citadas podem ser encontradas nos portais (Planalto, MEC e MJSP).

"CIPAVE "planejam formas de prevenção, formam parcerias e coletam dados -- um dos principais objetivos dessas iniciativas é mapear episódios de violência nas escolas (Brasil 2019).

As medidas contra as violências nas escolas partem de três premissas gerais: realizar diagnósticos e pesquisas para conhecer o fenômeno em sua concretude, legitimação pelos atores/sujeitos envolvidos (o que pressupõe a participação da comunidade escolar) e fazer um monitoramento permanente das ações nas escolas (Abramovay e Rua 2003, 73).

No caso de ataques violentos contra escolas, especialistas sugerem a criação de uma plataforma de dados unificada, tendo em vista o desafio de reunir informações devido ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Há, ainda, os episódios que sequer chegam às autoridades. "Defendemos a criação de um lugar único em que haja registro dos ataques desbaratados", afirmou Telma Vinha, professora da UNICAMP, durante palestra no 7º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, em setembro de 2023.

Enquanto isso, os observatórios desempenham um papel importante no mapeamento dos episódios violentos. Entre eles, podem ser citados o relatório da UNICAMP (Vinha et al. 2023) e o Observatório da Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (Dias 2018). Também é o caso do Observatório Escolar, projeto jornalístico de prevenção à violência praticada por escolas e profissionais da educação contra crianças e adolescentes no Brasil. "Encontrar dados organizados sobre a violência praticada por escolas e profissionais de ensino contra crianças e adolescentes é um dos principais obstáculos à compreensão da real dimensão desse problema no Brasil" (Observatório Escolar 2022).

4 Considerações finais

A análise dos sites de notícias do governo federal possibilitou um melhor entendimento sobre a forma como o poder público brasileiro (em seu mais alto escalão) se comporta, no âmbito de suas mídias públicas, sobre o tema da violência escolar. A pesquisa nos portais do Planalto, do

Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Educação ratificou o fenômeno da violência/segurança nas escolas como uma questão intersetorial, tendo em vista a presença massiva de conteúdos relacionados ao assunto nas três referidas plataformas.

É possível concluir que as palavras-chave "violência na escola" e "segurança na escola" possibilitaram o filtro de notícias nos sites do governo brasileiro e são ferramentas que auxiliam a obtenção de um entendimento sobre como esse tema tem sido encarado pelas autoridades, que adotam uma postura de "preocupação sazonal" frente ao problema.

Percebeu-se, neste estudo, por meio das notícias avaliadas, um significativo aumento na divulgação de políticas públicas instauradas em âmbito nacional para combater e prevenir a violência escolar a partir de abril de 2023, quando houve um salto no número de massacres escolares e uma chacina em uma creche de Blumenau, Santa Catarina, que chocou o país. Ao final do mesmo ano, nota-se uma redução das publicações, tendência que segue em 2024.

Foram observadas políticas públicas na modalidade repressiva e preventiva -- estas últimas visando frear o aumento dos casos. Conforme aponta Spaniol (2017, 37), "a prevenção do crime não interessa exclusivamente aos poderes públicos, ao sistema legal, senão a todos, à comunidade inteira". Entre as ações governamentais, foram identificadas: criação de grupo interministerial, liberação de recursos financeiros, operações policiais, cartilhas informativas, disponibilização de canais de denúncia, promoção de movimentos sociais, cursos, publicação de leis e desenvolvimento de relatórios.

Concluiu-se, ainda, que o mapeamento da violência escolar exige maior atenção estatal -- é possível que a implementação do SNAVE, ocorrida em abril (Brasil 2024), acarrete melhorias nesse monitoramento, até então feito em boa parte pelos observatórios encabeçados por universidades e outras instituições.

Vale lembrar que à escola cabe o papel social de educar para a vivência de um ambiente de

paz, respeito e harmonia, enquanto ao poder público compete promover, constantemente, iniciativas de combate à violência, conscientização e meios para que a comunidade escolar possa atuar frente às dificuldades impostas por uma realidade violenta que urge por mudança.

Referências

Abramovay, Miriam, e Maria das Graças Rua. 2003. *Violência nas escolas*. Brasília: Unesco.

Abramovay, Miriam. 2002. *Escola e Violência*. Brasília: Unesco. <https://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000070.pdf>.

Abramovay, Miriam. 2021. *Programa de prevenção à violência nas escolas. Violência nas Escolas*. Brasília: Flacso Brasil. https://www.flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas_edicao2.pdf.

Aurélio Júnior, Marco, Vanessa Eskelen, e Priscila Mengue. 2023. "Ataque a creche em Blumenau tem 4 crianças mortas". *Estadão*, 5 de abril de 2023. <https://www.estadao.com.br/brasil/ataque-em-creche-de-blumenau-tem-mortos/>.

Avancini, Marta. 2023. "Pontos de atenção e recomendações na cobertura de ataques a escolas". *Jeduca*, 5 de abril de 2023. <https://www.jeduca.org.br/noticia/pontos-de-atencao-erecomendacoes-na-cobertura-de-ataques-a-escolas>.

Bourdieu, Pierre. 1999. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brasil. 2019. "Rio Grande do Sul reduz em 65% a violência nas escolas do estado". *Ministério da Educação*, 1º de março de 2019. https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/rio-grande-do-sul-reduz-em-65-a-violencia-nas-escolas-do-estado.

Brasil. 2022. "Ministério da Justiça e Segurança Pública auxilia Polícia Civil do DF a prender jovem que planejava ataque a escola". *Ministério da Justiça e Segurança Pública*, 29 de março de 2022. <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-justica-e-seguranca-publica-auxilia-policia-civil-do-df-a-prender-jovem-que-planejava-ataque-a-escola>.

Brasil. 2023. "MEC detalha ações de proteção nas escolas em reunião com Lula". *Ministério da Educação*, 18 de abril de 2023. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/mec-detalha-acoas-de-protecao-nas-escolas-em-reuniao-com-lula>.

Brasil. 2024. "MEC institui sistema de prevenção à violência nas escolas". *Ministério da Educação*, 25 de abril de 2024. www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/mec-institui-sistema-de-prevencao-a-violencia-nas-escolas.

Certeau, Michel de. 1990. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

Dias, Marian Ávila de Lima. 2018. *Observatório da Educação: Violência, Inclusão e Direitos Humanos*. São Paulo, UNIFESP. <https://www.observatoriodaeducacao.unifesp.br/institucional/quem-somos>.

Henrique, Layane. 2023. "Por que os casos de violência escolar têm aumentado?" *Politize!*, 5 de abril de 2023. <https://www.politize.com.br/violencia-escolar/>.

Langeani, Bruno. 2023. Raio-x de 20 anos de ataques a escolas no Brasil. *Instituto Sou da Paz*, 2023. <https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2023/05/Raio-x-ataque-a-escolas.pdf>.

Mariz, Renata, e Louise Queiroga. 2019. "Aluno atira e mata coordenador de escola em Valparaíso de Goiás". *O Globo*, 30 de abril de 2019. <https://oglobo.globo.com/politica/aluno-atira-mata-coordenador-de-escola-em-valparaiso-de-goias-23633184>.

Observatório Escolar. 2022. "Apagão de dados". *Observatório Escolar*, 21 de novembro de 2022. <https://www.observatorioescolar.com.br/apagao-de-dados/>.

ONU (Organização das Nações Unidas). 2024. "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável". *Nações Unidas Brasil*, 2024. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>

Pellanda, Andressa, Catarina Santos, Claudia Dadico, Daniel Cara, Fernanda Madi, Fernanda Orsati, Juliana Meato, Letícia Oliveira, Lola Aronovich, Luka Franca, Marcelle Frossard, e Paola Silveira. 2022. "Relatório: o extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental". São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação. https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf.

Pereira, Alexandre Barbosa. 2010. "A maior zoeira: experiências juvenis na periferia de São Paulo". Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17112010-141417/publico/2010_AlexandreBarbosaPereira.pdf.

Rodrigues, Léo. 2023. "Violência nas escolas tem aumento de 50% em 2023". *Agência Brasil*, 3 de novembro de 2023. <https://www.agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-11/violencia-nas-escolas-tem-aumento-de-50-em-2023>.

Sander, Isabella. 2023. "Homens, jovens, brancos e isolados: o perfil dos autores de ataques a escolas no Brasil". *GZH*, 19 de outubro de 2023. <https://www.gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/educacao-basica/noticia/2023/10/homens-jovens-brancos-e-isolados-o-perfil-dos-autores-de-ataques-a-escolas-no-brasil-clnltnp7o00040154gm1xmsus.html>.

Saravia, Enrique. 2006. "Introdução à teoria da política pública". *Em Políticas Públicas* 1: 21-42. https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea_pp_v1.pdf

Spaniol, Marlene Inês. 2017. *Políticas Municipais de Prevenção à Violência no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Vinha, Telma, Cléo Garcia, Cesar Augusto Amaral Nunes, Danila Di Pietro Zambianco, Simone Gomes de Melo, Talita Bueno Salati Lahr, Elvira Maria Portugal Pimentel R. Parente, Beatriz Fogarin, Vitória Hellen Holanda Oliveira. 2023. *Ataques de violência extrema em escolas no Brasil (Resumo de relatório técnico)*. São Paulo: D³e. https://d3e.com.br/wp-content/uploads/resumo_2311_ataques-escolas-brasil.pdf.

Rossana Gueller Ruschel

Mestranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sendo bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Jornalista graduada pela PUCRS com mobilidade na Universidade de Uppsala. Bacharel em Direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (IESA). Advogada. Pesquisadora integrante do Laboratório das Infâncias (Labinf) da PUCRS.

Andreia Mendes dos Santos

Professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Sociologia e Ciência Política e nas graduações em Pedagogia e Psicologia. Bolsista produtividade CNPQ (nível 2). Psicóloga, mestre e doutora em Serviço Social (PUCRS). Coordenadora dos grupos de pesquisa "Questões Sociais na Escola" e "Psicologia e Educação". Coordenadora do Laboratório das Infâncias (Labinf) da PUCRS.

Endereço para correspondência:

ROSSANA GUELLER RUSCHEL

ANDREIA MENDES DOS SANTOS

Av. Ipiranga, 6681

Partenon, 90619-900

Porto Alegre, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.